

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1 - Contexto Econômico e Setorial:** O ano de 2020 se iniciou com uma expectativa de crescimento moderado, tendo em vista alguns marcos importantes: a aprovação da Reforma da Previdência que colocaria as contas públicas em um cenário futuro mais favorável; a inflação, que apesar de estar acima da meta, permaneceu sob controle; a taxa básica de juros posicionada em um nível histórico baixo; a retomada de crescimento em alguns mercados, como por exemplo a indústria imobiliária, contribuindo para redução dos níveis de desemprego. Com a chegada da pandemia, o cenário de expectativas se reverteu de forma rápida e drástica. O isolamento decretado em várias partes do mundo começou a gerar os primeiros desequilíbrios econômicos refletidos inicialmente no saldo da balança comercial brasileira, que apresentou no 1º trimestre de 2020, o pior resultado desde o 1º trimestre de 2015. Enquanto a economia sofria os primeiros impactos, várias previsões do PIB começaram a ser feitas. As mais pessimistas projetavam quedas de até 9%. O governo brasileiro tomou algumas medidas iniciais como o Auxílio Emergencial para garantir de renda às classes mais baixas, além de flexibilização das regras trabalhistas e postergação do pagamento de tributos federais e sobre a folha de pagamento. Estas ações buscavam reduzir o impacto econômico trazido pelos negócios mais afetados pela crise em decorrência dos fechamentos compulsórios ou limitação de funcionamento. Um dos focos do governo foi garantir uma renda mínima para famílias que certamente seriam atingidas pelo desemprego. Apesar das diversas políticas e crises políticas no gerenciamento de uma situação inédita, as ações positivas surtiram algum efeito e aos poucos as novas projeções mostravam que o ano seria ruim, mas bem menos catastrófico do que inicialmente se esperava. O comércio, por exemplo, previa encerrar o ano com queda de 8,7% no movimento, porém, após a reabertura, dados do IBGE divulgados em setembro, mostravam uma projeção de crescimento de 1,9%. O setor de serviços, muito prejudicado pelo atendimento presencial, não teve a mesma recuperação. Até setembro, a quota projetada estava em 6% para o ano de 2020, representando o pior número da série histórica. Cabe destacar o comportamento da inflação até

o fechamento do ano. A alta do dólar e a redução da oferta de produtos elevou o IPCA para 4,52% e o IGP-M para 23,14% no fechamento de 2020. A forte elevação do IGP-M iniciou uma onda de renegociações de contratos de aluguel, pois se as famílias e empresas tiveram redução de sua renda, ficou estabelecida uma realidade onde seria muito difícil a absorção da totalidade das correções a serem aplicadas. Com tantas situações adversas enfrentadas ao longo do ano, a sociedade precisou se adaptar e algumas tendências que surgiram devem se manter ao longo do tempo. São elas: a digitalização dos processos burocráticos; o Real desvalorizado contribuindo para atrair investimentos externos; o Banco Central que deve manter a taxa básica em níveis reduzidos, incentivando o consumo e barateando o crédito, elemento este essencial para mercados de longo prazo, como o imobiliário e agrícola e, como muitas empresas quebraram no auge da crise, a concorrência diminuiu porém ficou estabelecido um ambiente competitivo com participantes mais preparados em termos de gestão e oferta. O ano de 2021 se inicia com uma série de desafios. Não deixa de ser um consenso que apenas a possibilidade de uma vacinação em massa da população permitirá a retomada das atividades econômicas sem surpresas com relação a interrupções necessárias para evitar repiques de contaminação. Do ponto de vista econômico o Governo terá dois importantes temas a desenvolver. Primeiramente manter o nível fiscal trazido pelo adiamento das reformas (fiscal e administrativa) e pelas medidas de contenção da crise. Em segundo lugar será preciso controlar a inflação em um contexto de dólar elevado e ainda com restrições de oferta de produtos. Os conflitos políticos criados pelo governo durante a gestão da crise de COVID-19 ocuparam muito espaço nas discussões nacionais e o país acabou ficando carente de uma posição clara sobre o planejamento com relação aos temas econômicos relevantes. **2 - Contexto Operacional:** Como não poderia ser diferente, a atividade da setor de construção civil foi afetada pela pandemia, porém, o seu desempenho se situou acima da média nacional. Foi afetado pela venda do primeiro semestre de 2020 com o mesmo período de 2019, tivemos uma queda de 2,2%, o que é menor que as variações nega-

tivas observadas no PIB. Apesar da forte queda dos lançamentos, os empresários do setor se manifestaram indicando que esta redução refletia um "adiamento" e não um "cancelamento" dos projetos programados. Apesar dos cantos de obra terem sofrido interrupções de trabalho, conforme políticas locais de contenção da pandemia, parece não ter havido uma letra negativa a este respeito por parte do comprador. Podemos considerar que a queda da taxa de juros por ter sido uma importante contribuição na manutenção das vendas, tendo em vistas as oportunidades de que a cada ponto percentual de queda na taxa de juros, temos 1 milhão a mais de famílias elegíveis ao financiamento imobiliário. Outro ponto de destaque para o setor foi a sua capacidade de contribuir com a geração de empregos dentro de um cenário adverso. Segundo a ABECIP, apenas na capital paulista o potencial de geração de empregos do setor de construção chega a 200 mil empregos. Entre julho e setembro de 2020, apenas na cidade de São Paulo foram emitidos 306 alvarás de construção, o que evidencia um bom potencial de contribuição econômica do setor. O ponto de atenção é o atual patamar dos custos de construção. Apesar do custo de mão de obra se manter estável, os insumos observaram alguns meses de variação positiva refletidos pelo INCC. Até a indústria de materiais recuperou os níveis de produção, os custos devem permanecer elevados e representam um ponto de atenção para os incorporadores. Em um cenário onde há juros baixos barateando o crédito e chamando as famílias para investir em imóveis, portanto havendo demanda e um bom potencial de crescimento, espera-se que para 2021, o setor imobiliário tenha protagonismo na recuperação da atividade econômica, principalmente pelo seu potencial de geração de empregos dentro de uma grande cadeia produtiva. No entanto, como qualquer outro setor, o seu sucesso também está condicionado a forma como o país vai definir a sua agenda de retomada e como ficará o mercado brasileiro. Já o agronegócio brasileiro não sentiu a crise de 2020 da mesma forma que os demais setores. A necessidade de bens primários e alimentos manteve a demanda externa aquecida e a desvalorização do Real criou um diferencial de preço para o produto brasileiro. Isso traz a projeção do PIB Agro-

pecuário 2020 para o patamar de crescimento de 1,9% enquanto o PIB nacional deve cair 4,4%. Enquanto a crise sanitária gerar restrições comerciais em outros países, o Brasil deve aproveitar o momento para acessar novos mercados mantendo uma importante liderança em setores como a soja. O mercado de capitais deve contribuir de forma relevante no financiamento das atividades imobiliárias e agrícolas, tendo em vista o baixo rendimento em aplicações de renda fixa deve criar uma demanda por melhores remunerações, o que deve promover um retorno elevado de interesses entre investidores e tomadores. O ponto de atenção ficará com relação a solvência das empresas, pois há uma tendência de maior seletividade de crédito tendo em vista o ano difícil de 2020 que consumiu recursos extras e diminuiu a velocidade das operações. Em termos de indicadores financeiros da Companhia, a receita líquida do ano de 2020 totalizou R\$ 6.888 mil. Já as despesas acumuladas para o mesmo período somam R\$ 3.463 mil, demonstrando equilíbrio operacional. Se compararmos com a receita líquida de 2019 no valor de R\$ 11.741 mil e com as despesas operacionais em R\$ 3.605 mil, constatamos que as receitas declinaram cerca de 41% assim como as despesas caíram 4% refletindo a retração de mercado observado no ano, que acabou por reduzir as receitas, porém também viabilizou a redução de gastos através da renegociação de contratos, como o aluguel, e economias com despesas de ocupação da sede em decorrência do trabalho remoto ("home office"). Não há endividamento financeiro pela postura estratégica adotada pelos sócios em não haver dependência de capital de terceiros para manter o desenvolvimento do plano de negócios da Companhia. Os ativos fiduciários totalizaram R\$ 1.397 milhões, sem a ocorrência de eventos de inadimplência em suas séries. A Companhia inicia o ano de 2021 com um orçamento de crescimento, considerando uma retomada de negócios em linha com as expectativas positivas para o mercado imobiliário e agrícola. A austeridade de gastos deve se manter até a superação da crise sanitária, porém, sem a expectativa de redução da alça estrutural.

## Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	4	5.424	9.060
Outras contas a receber	5	3	30
Tributos a recuperar	6	228	1.440
		<b>5.655</b>	<b>10.530</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	277	253
Intangível	8	2	4
Direitos de uso em arrendamentos	9	622	916
		<b>901</b>	<b>1.173</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.556</b>	<b>11.703</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Ourinvest Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio e imobiliários passíveis de securitização. Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade Limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosec Companhia Securitizadora. Em AGE de 22 de janeiro de 2016 a denominação social foi alterada para Ourinvest Securitizadora S.A. A Companhia tem por objeto social: a) Aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colocação dos Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais; b) A realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídos, sem limitação, a operações de hedge e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos; c) A realização de administrações, alienação e mercados de derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio. Após a alteração de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstra a retomada de seus lucros e a rentabilidade. **Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Companhia considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Autorização:** A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria da Companhia em 03 de fevereiro de 2021. **2.2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** estas informações são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora. **Uso de estimativas e julgamentos:** as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os impactos de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstra a retomada de seus lucros e a rentabilidade.

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	2020	2019
Contas a pagar	11	2.016	1.207
Obrigações tributárias	12	15	2.068
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	155	163
Arendamentos a pagar	10	419	366
		<b>2.605</b>	<b>3.804</b>
<b>Não circulante</b>			
Arendamentos a pagar	10	203	550
		<b>203</b>	<b>550</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.1	827	827
Reserva de lucros	15.2	2.921	6.522
		<b>3.748</b>	<b>7.349</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>6.556</b>	<b>11.703</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

jeitas a um insignificantíssimo risco de mudança de valor.

**5. Outras contas a receber**

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos (salários, férias)	3	9
Adiantamentos diversos	-	21
	<b>3</b>	<b>30</b>

**6. Tributos a recuperar**

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras...	30	-
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido recolhido por estimativa	125	1.367
Impostos a compensar	73	73
	<b>228</b>	<b>1.440</b>

**7. Imobilizado**

Descrição consolidada	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (%)		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	Custo	2020	2020	2019	2020	2019
Instalações	10%	229	(64)	165	137	31
Computadores e periféricos	20%	81	(51)	30	31	31
Móveis e utensílios administrativos	10%	118	(44)	74	76	9
Equipamentos de comunicação	10%	14	(6)	8	9	9
		<b>442</b>	<b>(165)</b>	<b>277</b>	<b>253</b>	

A movimentação do ativo imobilizado está detalhada a seguir:

Custo	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Instalações	181	48	229
Computadores e periféricos	71	10	81
Móveis e utensílios administrativos	109	9	118
Equipamentos de comunicação	13	1	14
	<b>374</b>	<b>68</b>	<b>442</b>

**Depreciação acumulada**

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Instalações	(44)	(20)	-	(64)
Computadores e periféricos	(40)	(11)	-	(51)
Móveis e utensílios administrativos	(33)	(11)	-	(44)
Equipamentos de comunicação	(4)	(2)	-	(6)
	<b>(121)</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>(165)</b>

**8. Intangível:** Referem-se a investimentos no montante de R\$ 2 (R\$ 4 em 2019), decorrente do desenvolvimento de software para operações de securitização.

**9. Direitos de uso em arrendamentos**

Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	1.283
(+) Amortização	(367)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>916</b>
(+) Reajuste de aluguel	113
(-) Amortização	(407)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>622</b>

O direito de uso em arrendamentos da Companhia se refere ao contrato de aluguel de sua sede, localizada na Avenida Paulista nº 1.728, cuja a contratação foi de 60 meses, restando em sua adoção inicial 30 meses de contrato e 18 meses ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**10. Arrendamentos a pagar**

	31/12/2019	Atualizações	31/12/2020
Contrato de aluguel	938	112	(407)
Ajuste a valor presente (AVP)	(22)	1	(21)
	<b>916</b>	<b>113</b>	<b>(407)</b>
<b>Adoção inicial IFRS 16</b>	<b>1.314</b>	<b>113</b>	<b>(407)</b>
Atualizações	-	-	(376)
Contrato de aluguel	1.314	-	938
Ajuste a valor presente (AVP)	(31)	9	(22)
	<b>1.283</b>	<b>9</b>	<b>(376)</b>

O passivo de arrendamento se refere ao contrato de aluguel descrito na Nota Explicativa nº 9, ajustado a valor presente a uma taxa de 12% a.a.

**11. Contas a pagar**

	31/12/2020	31/12/2019
Recebimentos Cete (a)	139	139
Adiantamento de recibos (b)	177	868
	<b>2.016</b>	<b>1.007</b>

(a) Referem-se aos recebimentos originados pela liquidação da Cetip que são transferidos para os patrimônios separados no mês subsequente; (b) Referem-se às receitas de gestão, transferidas para a Securitizadora, que são apropriadas em receitas mensaismente.

**12. Obrigações tributárias**

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre serviços - ISS a recolher	6	166
PIS e COFINS a recolher	6	156
Outros impostos a recolher	3	-
IRPJ e CSLL sobre lucros	15	1.945
	<b>15</b>	<b>2.268</b>

**13. Provisão, encargos e benefícios sociais**

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de férias e 1/3º salário	84	81
INSS a recolher	35	41
FGTS a recolher	5	7
IRRF sobre salários a recolher	31	34
	<b>155</b>	<b>163</b>

**14. Dividendos propostos:** Durante o exercício de 2020 ocorreu o pagamento dos dividendos propostos nos montantes de R\$ 6.337, efetuado em 13 de fevereiro de 2020 referente aos lucros auferidos no exercício de 2019. **15. Patrimônio líquido:** **15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 827, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 826.755 ações ordinárias (827.755 ações em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal. **15.2. Reserva de lucros:** **15.2.1. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social, sendo R\$ 165 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. **15.2.2. Reserva de dividendos a distribuir:** Em 31 de dezembro de 2020 o lucro líquido do exercício foi destinado a reserva de dividendos a distribuir. **16. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros.

Os valores pelos quais estes instrumentos financeiros estão registrados aproximam-se dos seus respectivos valores de mercado, não produzindo, portanto, diferenças significativas na apresentação contábil. **17. Contingências:** A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou civil, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. **18. Receitas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou re-

## Demonstração dos resultados exercicios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita operacional bruta	18	6.888	11.741
<b>Lucro operacional líquido</b>		<b>6.888</b>	<b>11.741</b>
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(3.463)	(3.605)
Resultado financeiro líquido		<b>160</b>	<b>166</b>
		<b>(3.303)</b>	<b>(3.439)</b>

**Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

	Nota	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20	(829)	(1.945)
<b>Lucro líquido de exercício</b>		<b>2.756</b>	<b>6.337</b>
Quantidades total de ações		<b>827</b>	<b>827</b>
Lucro por ação do capital social no exercício - R\$		<b>3,33</b>	<b>7,69</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.756	6.337
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.756</b>	<b>6.337</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercicios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de lucros		Lucro líquido do exercício	Total
		Capital social	Reserva de dividendos a distribuir		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	827	165	-	-	992
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.337	6.337
Constituição de reservas	-	-	6.337	(6.337)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	827	165	6.337	-	7.349
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.756	2.756
Constituição de reservas	-	-	2.756	(2.756)	-
Distribuição	-	-	-	-	-
de dividendos propostos	14	-	(6.337)	(6.337)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	827	165	2.756	-	3.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Receita líquida de R\$ 6.888 (R\$ 11.741 em 2019) relativa às emissões de CRA e CRI.

**19. Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com consultoria	(473)	(477)
Despesa com salários e benefícios	(2.387)	(2.492)
Anúncios e publicações	(144)	(37)
Outras despesas administrativas	(459)	(599)
	<b>(3.463)</b>	<b>(3.605)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro / (prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	3.585	8.302
(+) Adições / (-) exclusões	(1.147)	(2.581)
<b>Resultado tributável</b>	<b>2.438</b>	<b>5.721</b>
Alíquota	34%	34%
<b>Total de IRPJ / CSLL 34%</b>	<b>829</b>	<b>1.945</b>

**21. Informações financeiras fiduciárias:** Em 01 de abril de 2016, a Companhia emitiu CRAs da 4ª série na 2ª emissão, perfazendo um total de R\$ 675.000 lastreado em Direitos Creditórios do Agronegócio. Em 03 de outubro de 2016 ocorreu o resgate antecipado dessa operação. As emissões ocorreram, conforme abaixo: a) 19 de agosto de 2016: Emissão de 9.000 (nove mil) CRIs da 1ª Série; b) 19 de dezembro de 2016: Emissão de 5.000 (cinco mil) CRIs da 2ª, 3ª e 4ª séries; c) 21 de dezembro de 2016: Emissão de 700.000 (setecentos mil) CRAs da 5ª série; d) 04 de abril de 2017: Emissão de 11.300 (onze mil e trezentos) CRIs da 5ª e 6ª séries; e) 05 de junho de 2017: Emissão de 1.500 (um mil e quinhentos) CRIs da 7ª série; f) 23 de junho de 2017: Emissão de 990 (novecentos e noventa) CRIs seniores e 110 (cento e dez) CRIs subordinados da 8ª e 9ª séries; g) 06 de outubro de 2017: Emissão de 566 (quinhentos e sessenta e seis) CRIs da 10ª série; h) 22 de novembro de 2017: Emissão de 1.800 (um mil e oitocentos) CRIs da 11ª série; i) 11 de outubro de 2018: Emissão de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) CRIs da 12ª série; j) 26 de outubro de 2018: Emissão de 15.140 (quinze mil, cento e quarenta) CRIs da 14ª Série; k) 31 de janeiro de 2019: Emissão de 14.000 (quatorze mil) CRIs da 15ª Série; l) 27 de fevereiro de 2019: Emissão de 30.000 (trinta mil) CRIs da 13ª Série; m) 26 de abril de 2019: Emissão de 77.000 (setenta e sete mil) CRIs da 16ª Série; n) 15 de maio de 2019: Emissão de 5.000 (cinco mil) CRIs Seniores da 17ª Série; 1.000 (um mil) CRIs Mezzaninos da 18ª Série e 1.000 (um mil) CRIs Juniores da 19ª Série; o) 19 de junho de 2019: Emissão de 145.000 (cento e quarenta e cinco mil) CRIs da 20ª Série; p) 5 de novembro de 2019: Emissão de 29.051 (vinte e nove mil e cinquenta e um) CRIs da 21ª Série; q) 28 de novembro de 2019: Emissão de 140.000 (cento e quarenta mil) CRIs da 25ª Série; r) 6 de dezembro de 2019: Emissão de 130.000 (cento e trinta mil) CRIs da 26ª Série. s) 4 de junho de 2020: Emissão de 42.000 (quarenta e dois mil) CRIs da 27ª Série; t) 8 de junho de 2020: Emissão de 50.000 (cinquenta mil) CRIs da 28ª Série; u) 25 de setembro de 2020: Emissão de 47.034 (quarenta e sete mil e trinta e quatro) CRIs da 29ª Série; v) 08 de julho de 2020: Emissão de 30.000 (trinta mil) CRIs da 30ª Série; w) 19 de agosto de 2020: Emissão de 25.992 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e dois) CRIs da 31ª Série; 8.664 (oito mil, seiscentos e sessenta e quatro) CRIs da 32